Actualizado a 01/02/2015, 23:43 São Filipe, 02 Fev (Inforpress) - O Serviço de Promoção Social gastou em 2014 mais de um milhão de escudos com a transferência de 318 doentes em situação de vulnerabilidade para o hospital da Praia sem contar com os enviados para consulta de especialidade. A informação foi dada à Inforpress pela responsável do Serviço Municipal de Promoção Social, Maria Alcinda Monteiro, indicando que dos doentes transferidos constam pessoas de profissão liberal como pescadores, peixeiras, pedreiros e outros, que deviam estar inscritos no sistema de Previdência Social. Da lista dos doentes transferidos e custeado pelo Serviço de Promoção Social, Maria Alcinda Monteiro aponta que há vítimas de agressão a facada, tiro, acidente de viação, entre outros, que, por serem vulneráveis recorrem à Promoção Social. Com relação a consultas de especialidade, informou que os pedidos são encaminhados para o departamento central que procede a marcação das consultas junto da Central de Consultas do Hospital Agostinho Neto, mas que as consultas demoram “muitos meses” e às vezes há a necessidade de refazer a lista, facto que tem gerado descontentamento nos doentes e familiares. O número de doentes transferidos para hospital central da Praia refere apenas às pessoas de famílias vulneráveis já que, segundo Maria Alcinda Monteiro, os funcionários e as pessoas enquadradas no sistema de Previdência Social, cujo número é maior, não constam desta lista. “As cifras podiam ser bem maiores, caso a Delegacia de Saúde e o hospital regional não optassem pela vinda de especialistas em diversas áreas. Também as cesarianas e várias cirurgias são efectuadas localmente, o que diminuiu, sobremaneira, o número de transferidos para o hospital Agostinho Neto”, informou. Outra situação que tem gerado descontentamento prende-se com apoio na aquisição de medicamentos pelas famílias vulneráveis, mas, devido a parcos recursos disponibilizados pela edilidade de São Filipe, muitas vezes, a maior parte dos pedidos não é atendida. No ano de 2014, foram apoiadas cerca de 200 pessoas com subsídio para compra de medicamentos no valor superior a 200 contos, sem contar com as consultas de especialidade realizadas em São Filipe e apoios na aquisição de óculos. Maria Alcinda Monteiro reconhece que o processo “é aborrecido” já que o doente ou familiar tem percorrer as diversas instituições ligadas ao processo, nomeadamente, Hospital, Promoção Social, Hospital/Câmara, antes de receber o subsídio, facto que gera descontentamento. Acrescentou que, mesmo as pessoas idosas e pensionistas que, por lei deviam beneficiar do direito médico e medicamentoso gratuito, não usufruem desta prorrogativa. O medicamento, segundo a responsável do Serviço Municipal de Promoção Social de São Filipe, “é caro” e muitas famílias não dispõe de recursos para a sua aquisição e, na farmácia do hospital, nem sempre as pessoas mais vulneráveis encontram os medicamentos receitados. JR Inforpress/Fim